

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA CNCD- LGBT

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, foi realizada a 31ª Reunião Ordinária do Conselho LGBT, a qual falaram as seguintes pessoas: o Presidente PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS, KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO, WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS, MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA, SYMMY LARRAT, AMÉLIA TEREZA MARAUX, LÉO MENDES, ROSELAINÉ DIAS, LUCAS DE ALENCAR, TATIANE ARAÚJO, LAÍS PAULO, IRINA BACCI, FERNANDA REIS, GIL SANTOS, MARINA, CÁSSIO, MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA, CAMILA, FERNANDA, JANA, MARCELLY, ZEZINHO DO PRADO, CLÓVIS, MARCELLY, LILIANE, GEOVAN BANTU, CLEITON FEITOSA, WALMIR SIQUEIRA.

Inicialmente o Presidente PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS abriu os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes, e manifestando a satisfação de abrigar mais uma reunião desse conselho, a qual entende ser uma das mais importantes da secretaria. Discorreu a respeito de ser a agenda bastante difícil e polêmica na sociedade, pois segmentos continuam com política extremamente preconceituosa, ou seja, setores da mídia, do Legislativo, e até do próprio Judiciário, se mobilizam com muita força, antagonizando com os avanços, procurando refrear conquistas consolidadas. Afirmou também que essa agenda é de extrema importância para a Política de Direitos Humanos, para o Ministério, para a Secretaria, e, por essa razão, fazer dela a bandeira mais importante, por isso essa reunião é muito estratégica, para poder socializar informações da conjuntura, dos segmentos, das regiões, e poder articular para seguir em frente, não retrocedendo, pelo

contrário, procurando avançar. Que o custo dessa afirmação de direitos, muitas vezes é o acirramento da violência contra a população Trans, que tem se manifestado de uma forma terrível, no Rio Grande do Sul, e em outras áreas do país; homofobia também se manifestando nas redes sociais, e na própria violência física, em muitas regiões do país. Entende ser preciso estar cada vez mais junto, articulados, e respondendo, cada violência que ocorrer, não deixando nunca que a impunidade prevaleça, e não ficar só na resistência. Avançar no imaginário da nossa sociedade, na cultura da sociedade. Diz ainda que na medida em que a sociedade passasse a abrir cada vez mais para a compreensão das nossas características, para respeito à orientação de cada um, vai ficar mais difícil retroceder. Investir cada vez mais, na dimensão cultural, dimensão do diálogo com a sociedade, a dimensão da discussão de valores, nosso projeto de sociedade democrática, não só no aspecto legal, no aspecto jurídico, no aspecto político, mas também nos aspectos que dizem respeito à subjetividade, dizem respeito às biografias, diz respeito ao destino de cada um, cada uma. E por fim agradece a presença de todos e abrem-se falas. É passada a palavra para KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO, que dá início à aprovação da pauta, apresenta a agenda de horários do Congresso, como a apresentação da UNEB, por solicitação da Coordenadora Nacional da Política LGBT, Symmy Larrat. Em seguida, a Ouvidoria, na pessoa da diretora Irina Bacci. E também apresentação de uma proposta de consolidação do Relatório de Violência Homofóbica 2014, com Fernanda, da área de indicadores da Secretaria Executiva. Às 11h, o Cícero e o Marcelo Pires, da Secretaria de Governo da Presidência da República, sobre o Fórum Interconselhos, que ocorrerá nos 15 e 16.

Sugere que seja diminuído o horário de almoço, para no período da tarde discutirem as questões prioritárias que o Pleno deve deliberar para a próxima reunião do Comitê Nacional das

Conferências Conjuntas. O conselheiro WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS sugere que, durante o tempo ganho pela redução do almoço, se ouça as devolutivas dos trabalhos das Câmaras Técnicas, ao qual a conselheira MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA concorda, e é aprovado pela Conselheira KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO.

A conselheira SYMMY LARRAT pede para deixar registrado a perda da ativista Marina Garlen, que morreu vítima de saúde, mas também por questões de vulnerabilidade. Propõe a elaboração de nota de pesar, porque ela morreu em São Paulo, ao final do movimento do período da visibilidade Trans, e era também membro do Comitê de Cultura LGBT, e ativista da Antra.

Passa a palavra para a Conselheira AMÉLIA TEREZA MARAUX, que saúda o presidente do conselho, o Sr. Paulo Maldos, a vice-presidente, Roselaine Dias, e aos presentes. Apresenta-se e passa a informar sobre as funções que ocupa e atuação, quais sejam: coordenadora, professora da Universidade do Estado da Bahia, coordenadora do Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia, e Sexualidade- Cegres Diadorim, vice-presidente do Conselho Estadual LGBT, ativista da Liga Brasileira de Lésbicas e do Fórum de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia, foi vice-reitora da UNEB por dois mandatos.

Esclarece que atualmente na UNEB, foi aprovada a resolução para implementação do nome social para travestis e transexuais, tanto para estudantes, que ingressam no sistema do ensino superior, como também para professores e funcionários da universidade. Também tem já aprovado, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, a resolução de adoção do nome social, uma conquista do movimento da Bahia, de travestis e transexuais.

Relata que a universidade é dirigida pelo professor José Bites de Carvalho, que é um reitor assumidamente gay, embora não tenha

um ativismo e uma militância LGBT, mas é uma pessoa que tem visibilidade. Diz que a UNEB se caracteriza por ter um histórico de ações afirmativas e de inclusão contundentes. Faz um breve histórico da UNEB, relatando que é uma universidade que foi criada em 1983, no momento em que a Bahia só tinha uma universidade, durante 60 anos existiu apenas uma Universidade Federal. Portanto, as Universidades Estaduais, nesse contexto, tiveram um papel importante, no sentido da interiorização do ensino superior e de inclusão de estudantes fora do eixo da Região Metropolitana de Salvador. É uma universidade que está em todas as regiões do estado, em todos os pontos estratégicos. Menciona o Diadorim, que é o Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade, que é um centro que foi criado inicialmente como núcleo, em 2003, e foi idealizado por docentes LGBTs, a qual constitui no primeiro Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão no campo de gênero, sexualidades, no estado. Ao longo desses 12 anos de existência foi se consolidando como um núcleo que articula ações para além da universidade, ou seja, todos os projetos e ações se articulam a partir dos três tripés, que é a articulação com o estado e o movimento social.

Relaciona vários programas como, o programa UNEB Enfrentando à LGBTfobia, a "Campanha de seis dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres", o seminário Enlaçando Sexualidade, Cinemando com a Literatura, e o Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, o EnLesBi, 1º Congresso Internacional sobre Pensamento das Mulheres Negras, na Diáspora Africana, a Jornada da Diversidade e o Curso de Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade, na formação docente, que inicia em 2016, que é um programa que se inicia com o projeto de especialização, mas que vai dar corpo ao programa de mestrado stricto sensu. Esse curso é voltado para a formação continuada de professores da rede básica.

Explana sobre o Laboratório Interdisciplinar de Políticas LGBT, e sobre a proposta do Labi, que é fruto do convênio que foi assinado ano passado, e que tem como parceria o Governo da Bahia, a partir da Coordenação Estadual LGBT, do Governo Federal a partir da Coordenação Nacional, e os demais Ministérios parceiros. O valor total da proposta é de R\$ 277.500, do Governo Federal R\$ 272 mil, e a contrapartida de R\$ 15 mil. O objetivo geral é implementação do laboratório interdisciplinar de Políticas LGBT, o específico é a constituição de um Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Políticas LGBT, um ambiente virtual, com estratégia de mapeamento e sistematização das produções acadêmicas, sociais e governamentais, bem como de articulação de uma rede colaborativa, envolvendo núcleo, grupos e pesquisadoras do campo da adversidade sexual e de gênero, dos gays e lésbicas, raciais e feministas, com gestores público, movimentos sociais, visando o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento à Violência LGBT. Objetivo Específico 2 é a realização de Ações de Advocacy, no Congresso Nacional, a fim de monitorar as proposições legislativas e garantir recursos orçamentários para viabilizar a implementação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Cidadania, Enfrentamento da Violência contra LGBT. O objetivo 3 seria o fortalecimento do Sistema Nacional LGBT, através da construção participativa e colaborativa de propostas de regulamentação da rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT e do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT. Tem como meta a realização de duas oficinas de fortalecimento da rede, com convidados externos; a realização de um workshop nacional dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT, com convidados externos; e a construção da minuta do Marco Regulatório da Rede de Promoção em Defesa dos Direitos Humanos LGBT e dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT.

Na seqüência é passado a palavra para LÉO MENDES, representante da Articulação Brasileira de gays, que diz que dos grupos focais, pelo o que pôde observar na Câmara Técnica, não há nenhuma representação no Grupo Focal de Gestores da região centro-oeste. Sugere que se introduza um representante da prefeitura de Goiânia, bem como a retirada da palavra "novo" do "novo sistema nacional LGBT". WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS ressalta que sentiu a ausência do detalhamento financeiro do projeto. ROSELAINÉ DIAS corrobora com as palavras do conselheiro Léo Mendes e do conselheiro Washington, solicita que o cronograma não conflitasse com o processo das Conferências, ou seja, tudo que dependa de reunir gestores, de reunir grupos, de reunir, em processo nacional, que se realize pós-Conferência. Entende que tem-se que fazer uma ação conjunta, participativa e coletiva da busca e da entrada no Congresso Nacional. Que não tenha um atravessamento das competências. Propõe que qualquer ação nesse sentido seja feita com diálogo com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT.

CLOVIS, da ABGLT parabeniza a todos e reforça a proposta do Léo, no sentido de incluir Goiás. MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA, Conselho Federal de Serviço Social, menciona que não ficaram nítidas à questão da aprimoramento e institucionalidade da política nacional, se esse aprimoramento está contemplado o cuidado com a questão da raça, etnia, e a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero, e a outra, quais seriam os indicadores e a metodologia em relação à construção da minuta do Marco Regulatório da Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT. LUCAS DE ALENCAR, da Ordem dos Advogados do Brasil, gostaria de saber, se SDH conta com um relatório, elaborado no encontro e se tiver essa informação fosse compartilhada com os conselheiros, para a nível local, começarem a articular esses grupos. AMÉLIA TEREZA MARAUX pontua com relação à essa questão da rede, levantada pelo

Léo, dizendo que, na verdade, o sistema não é novo, não é um novo sistema. LAÍS PAULO, assistente social, informa constrói a Comissão de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade do acresço, do Cress, Região 3, lá na Bahia. Em relação à rede diz que é uma concepção que surge e a partir do estado democrático de direito na execução das Políticas Públicas, quando os profissionais e usuários de serviço começam a reivindicar, é fortalecer os equipamentos que atendem à população LGBT, os Cras, os Creas, a Rede de Atenção Psicossocial, os Caps.

A diretora IRINA BACCI é convidada a falar sobre dados do Disque 100, sobre violência homofóbica, apresenta as estatísticas mas antes esclarece que há uma confusão entre o balanço da Ouvidoria e o relatório de violência homofóbica, e que relatório de violência homofóbica, também é subsidiado pelos dados e denúncias da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Disque 100.

FERNANDA REIS relata que o relatório de violência homofóbica, é bem delicado porque os dados são difíceis, nem toda a base de dado governamental possui esses dados, com um tempo muito curto, e sem orçamento não dava para ir à campo fazer o levantamento, então o construiu com base em dados governamentais públicos. KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO pede que as intervenções sejam breves, em dois minutos. LÉO MENDES parabeniza Sra Irina e a Sra. Fernanda, porque os dados são importantes para que o conselho possa se posicionar diante da sociedade brasileira, com relação à ponderação da Sra. Tatiane entende que o GGB tem um trabalho importante no Brasil, e precisa ser conhecido, acha importante a rede trans também fazer esse levantamento, apresentar para o conselho e ser catalogado, mas o problema só se resolverá no dia que as delegacias de polícias resolveram aplicar resolução nº 11, que é colocar a orientação sexual, identidade de gênero, dentro da motivação do crime.

Passada a palavra para GIL SANTOS, Conselheiro do MP, apresenta suas dúvidas e pede que a Sra Irina esclareça, com relação à questões dos homens trans, tendo em vista já ter sido falado sobre as mulheres transexuais, ressalta que os homens a violência contra os homens trans existe, estupro, violência física, psicológica e até assassinatos existem. Afirma que alguma coisa está acontecendo, porque eles estão invisíveis, não tem aparecido nas pesquisas, precisa ser averiguado isso. Questiona que quando vai tirar antecedente criminal não tem o campo do nome social, o Disque 100, que não funciona ou ninguém atende. E pergunta se nas próximas Conferências estaduais, vai ter esse material, ou vai ficar só para o nacional. WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS concorda com as críticas, mas reconhece a melhora nos tratamentos dos dados do Disque 100. Cita os dados apresentados pela sra. Irina pois sentiu a ausência das violações de direitos contra a comunidade LGBT de acordo com a raça, e etnia, e sugere a Fernanda, para talvez tentar dar um outro tratamento a esses dados, porque vai embasar cada vez mais o trabalho das diversas redes que compõem esse conselho, e do próprio conselho nacional LGBT.

Conselheira MARINA esclarece que traz a experiência enquanto gestão dos dados, que a denuncia evasiva porque não tem um contato, às vezes não vem o endereço, às vezes a ligação fica interrompida, e não tem dar sequência nesse processo. Coloca que não é culpa do Disque 100 porque também a pessoa não retorna, as vezes usa o próprio nome civil, porque também não reconhece o seu nome social. Enfim, é uma confusão também nessas questões de identidade do gênero, e de orientação sexual que atrapalha. Conselheiro CÁSSIO, diz que a muito aguardava por esse relatório, que possa ter acesso a esses dados, pelo menos um número para que possa trabalhar e saber quais são os casos que a gente tem que dar uma atenção. Coloca que o papel do Disque 100 está correto, é receber a denúncia, mas não está tendo um retorno, pois os LGBTs do

Brasil estão desacreditados do Disque 100. Solicita que saia uma nota de repúdio do conselho a respeito do posicionamento do secretário do Rio de Janeiro dos Direitos Humanos, a respeito de acreditar na cura gay. MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA reforça a questão colocada pelo conselheiro Cássio, que para o êxito da Câmara é necessário que haja relação mais estreita com o Disque 100, e construir um fluxo entre a Câmara técnica da violência e do Disque 100, porque não tem como a Câmara funcionar de forma exitosa se não há acesso aos dados de forma sistemática e anterior às reuniões da Câmara.

SRA. ROSELAINÉ DIAS ressalta que ficou nítido que a fragilidade está nos encaminhamentos, os retornos, a demanda, como chega no estado são as dificuldades do Disque 100. Sugere linkar com a pauta, uma agenda específica que foi feita ontem na secretaria especial de política para as mulheres para conseguir visibilizar as violações contra as companheiras trans. Porque na medida que alguém diz, Gil, que o Disque 100 não me serve, o 180 é um instrumento com mais de dez anos de exercício, e temos um número imenso de mulheres que divulgam, promulgam e articulam o 180. Propõe que se faça mais processo de formação, de discussão e de reflexo junto aos gestores em Direitos Humanos, às coordenações, assessorias, essa possibilidade, essa flexibilidade de diálogo e de compromisso com a população LGBT. CAMILA informa que estava apresentando as ações do MEC no comitê gestor de registro civil de nascimento. Entende que o tema que diz respeito à visibilidade, de como chamar toda a população LGBT e visibilizá-la especificamente, deve ser debatido mais profundamente. PRESIDENTE PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS coloca que dentro da própria SDH tem que se fazer revisão das ferramentas, no fluxo que vai da captação de informação ao processamento e sistematização, e fazer essa revisão e essa reconstrução dos sensores e dos processos de informação. E coloca ainda que o ensinamento é ver o papel,

enquanto conselho, secretaria, SDH, limpar os preconceitos, as ferramentas de captação de dados e torná-las mais apropriadas e que nada fique invisível daqui para frente.

Abrem as falas para IRINA BACCI, esclarece que não tem atribuição de buscar o retorno, mas entendem que para determinados públicos e determinados tipos de violência estabelecemos a busca ativa, que é uma metodologia, onde se entra em contato com a rede e tenta entender o que aconteceu. Comunica que estão construindo o regimento, um informe às delegacias e vai ajudar no acompanhamento dos casos, principalmente os mais graves, e, após essa primeira fase de estruturação, a Câmara será convidada para apresentar como o Comitê Interministerial quer atuar. Diz que será lançado o aplicativo, em 23 de março de 2016, um evento que vai acontecer i em parceria com o Rio 2016, e terá também a possibilidade de denúncias por aplicativo. FERNANDA coloca que o relatório é de 2014, o que significa a dificuldade com a quantificação, vê-se que nenhum 1% dos municípios tem políticas e programas com a temática LGBT, a exemplo do Censo Demográfico, onde não tem outra variável a não ser sexo. Não tem como eu quantificar. Sugere que via conselho e secretaria comece negociar com os formadores de dados, IBGE, Inep, o problema da invisibilidade. KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO convida o diretor Cícero, que é da área de participação social da Secretaria de Governo da Presidência da República, a Roseli. que é diretora substituta do Departamento de Planejamento e Avaliação da CPI do MPOG. A Jana, do departamento de Planejamento e Avaliação da CPI do MPOG. CÍCERO informa que o objeto do Interconselho daqui para frente é monitoramento do PPA. Esse será o tema do próximo Interconselho. E que a tarefa agora é fazer esse processo de acompanhamento, da execução do PPA, através da execução orçamentária. E passa a palavra para falar da proposta que vai ser modificada. ROSELI DIAS, se apresenta como coordenadora geral de planejamento, no departamento da Secretaria

de Planejamento, Investimento Estratégicos é uma Secretaria do Ministério de Planejamento, esclarece que faz a gestão do plano, com relatório, as análises, a relação com o Congresso. CÍCERO esclarece que o aperfeiçoamento conseguido no 1619 foi a ampliação do debate e a sua antecipação sobre a participação social não só na elaboração, mas no monitoramento do PPA. Informa que fechou o monitoramento do sistema do que foi o 12 e 15. Pretende abrir o sistema novamente para já começar a monitorar o 16 e 19, isso com algumas alterações, com alguns aprimoramentos. JANA solicita que tragam sugestões de alteração, do PPA para o dia 15 e 16, porque serão feitos ajustes, ou seja, equaliza melhor a agenda com o recorte prioritário e segue para frente o que vai ser o monitoramento. Depois será sistematizado tudo e depois do Fórum vão receber novamente o documento. LÉO MENDES informa que oito pontos foram aprovados objetivamente ligados à população LGBT no PPA, alguns deles deve recair na conferência com o envio do Projeto de Lei que criminaliza a homofobia, que foi aprovado, que está lá no PPA, o outro referente ao Pronatec, Trans, o Trans Cidadania, que é um projeto de São Paulo. Entende ser é importante a vinda dos presentes. A reunião foi interrompida para o almoço, WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS: Explica que a proposta da Câmara de Monitoramento e do Plano não é de mudança da Reunião Ordinária, mas convocar uma reunião extraordinária entre os dias 29 e 31 de março na cidade do Rio de Janeiro, e propõe uma audiência pública, com a militância LGBT do Rio de Janeiro. MARCELLY explicita que que há concordância mas pergunta se existiria possibilidade da reunião ser antes da Conferência. KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO consulta o Pleno, se há concordância da realização de uma Reunião Extraordinária no Rio de Janeiro ao final do mês de março. MARCELLY apresenta proposta, e pode ser um plano B, de se adiantar um pouco, sugere uma missão ao Rio de Janeiro juntando dois conselhos, que seria o conselho nacional LGBT e conselho

nacional de Direitos Humanos, e uma ligação do secretário Rogério para o Pezão, avisando que o Rio de Janeiro vai receber uma intervenção dos dois conselhos. ZEZINHO DO PRADO não vê a necessidade de ser dois dias. Toda aquela programação seria para ser feita, em um dia. Conselheiro CLÓVIS diz que a Kátia falou muito bem da questão do próprio secretário fazer a intervenção, lembrando que existe um compromisso assumido anteriormente, se o governo não cumpre o Governo Federal também não. MARCELLY fala de três possibilidades, a chamada da reunião extraordinária, e isso pode-se fazer em um dia. Chamada de audiência, do Pleno, e a reunião com o governador, ou vice-versa. E um terceiro momento que é, se não conseguir fazer a reunião ordinária no dia 22 de abril, que a reunião ordinária seja destinada no primeiro plano da Câmara Técnica ao final de março, no Rio de Janeiro. ORADOR NÃO ORADOR NÃO IDENTIFICADO não concorda pois afirmam que se houver operação de desmonte do Rio de Janeiro, ela virá por tabela no país inteiro. ORADOR NÃO ORADOR NÃO IDENTIFICADO esclarece que ficarão com o primeiro encaminhamento da Câmara Técnica à Reunião Extraordinária, o segundo encaminhamento, se não puderem fazer a reunião ampliada pré-conferência, farão a reunião ordinária do conselho no final de março no Rio de Janeiro. Argui se há concordância sobre a nota de pesar da perda da companheira da Bahia, a qual foi unânime. A Conselheira suplente LILIANE a pedido discorre sobre o caso da criança de 9 anos que foi autorizada pela justiça do Mato Grosso a primeira mudança de nome e gênero e que se pensou em fazer uma nota pública em reconhecimento a esse posicionamento do judiciário. A SRA. TATIANE coloca duas questões: uma recomendação para ser feita para todos os consultores, tendo em vista que o papel do consultor não é estar lá, avaliando, como aconteceu com o Cássio, que o Cássio deveria estar fazendo e não deveria estar fazendo na conferência. Deixar mais explícito o encaminhamento para a conselheira Meire ficar bem

tranquila, pois tomaram a definição de rever todo o relatório e fazer todos as considerações dentro de que está.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO esclarece que a Mesa Diretora vai dar a mesma resposta que já deu pessoalmente à conselheira, esse relatório só será encaminhado às solicitações formais, porque envolve questões de criança e adolescente, envolve o nome de um conselheiro tutelar, envolve as conselheiras daquela gestão. Nesse sentido, nós só vamos fazer devolução desse relatório para solicitações formais, se elas não existirem, esse relatório está nos arquivos do conselho nacional de combate à discriminação e promoção da população LGBT. CÁSSIO chama a atenção para questão que aconteceu com ele. Entende que a escolha de consultores deviam ser mais analisadas, e deveriam colocar pessoas preparadas, por isso gostaria que a Mesa Diretora avaliasse isso e tratasse isso com muita seriedade. ORADOR NÃO IDENTIFICADO explica que estão tratando a questão com muita seriedade, e solicita que quem tiver alguma crítica, sugestão sobre algum consultor de mobilização, que faça denúncia. Com relação ao item 4, sobre a definição dos comitês, a Câmara propõe que as nove vagas que existem nos comitês sejam disponibilizadas às representações da redução LGBTs e nesse sentido indica para o comitê do MEC, o Sr Clóvis, quanto ao item 6, no que se refere da pauta a conferência do Mato Grosso. Requerimento de urgência, inciso I, art. 39 do regimento interno, recomenda que seja criada uma comissão composta pelo conselho e a consultora de mobilização da conferência para dialogar com o executivo do Mato Grosso em relação à convocação da conferência e criação do conselho estadual de políticas públicas LGBT e a sugestão de data para 29 de fevereiro de 2016. E o item 7: Solicita o plano de trabalho, projeto básico do convênio Labi, que aí a gente entendeu que o nome do projeto era o Labi, que foi a discussão, o plano de trabalho do projeto básico do convênio para a elaboração de um metodologia de monitoramento por esta Câmara,

ratificamos que é papel desta Câmara técnica permanente de articulação institucional, planejamento, orçamento e monitoramento do plano nacional de políticas LGBT monitorar a elaboração do plano via projeto do sistema LGBT. LUCAS DE ALENCAR da OAB, vice relator da Câmara Técnica. Ressalta que em função das políticas públicas de promoção do direito à cidade da população LGBT, percebeu a falta do Ministério das cidades, e que pretende tratar com esse conselho a demanda do Ministério das cidades não só a quanto a presença, mas a imediata instalação de grupos de trabalho. KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO segue para o próximo ponto, que é a formulação da relatoria da Câmara técnica de planejamento, a questão dos comitês. Que coordenação dos conselhos vai fazer o levantamento pontual, vai apresentar um quadro, cada comitê, cada destino, cada vínculo, cada necessidade, a que destina, daí na próxima reunião ordinária, faz-se leitura ampla. MARYLÚCIA MESQUITA PALMEIRA consulta quanto a data da Conferência Estadual do Ceará. E é informada que a data limite é 20 de março. ORADOR NÃO IDENTIFICADO coloca que a vice-presidenta sugeriu um representante do movimento social no conselho de Direitos Humanos da OEA. E seguida discutem os convidados para fazer as suas análises crítica da trajetória do movimento LGBT, conquistas, avanços, perdas, definem as plenária de eixo. A primeira plenária, políticas intersetoriais, pacto federativo, sistema nacional. A plenária do eixo 2, educação, cultura, comunicação e Direitos Humanos, na plenária do eixo 3, Segurança Pública, do eixo 6, marco jurídico normativo para o enfrentamento a violência contra a população LGBT. É passada a palavra para o Conselheiro GEOVAN BANTU, do Fórum de Juventude Negra, coloca que é preciso romper com o formato tradicional de conferência que não representa a realidade da urgência dos novos movimentos sociais, populares, democráticos de rua e movimento LGBT, que não pode estar repercutido isso em Pleno 2016 numa terceira conferência, que precisa popularizar a

conferência, que não deve ser acadêmica que fosse garantido um espaço para se propor outros nomes, e também estar atento à questão da masculinidade também da representação majoritariamente branca na programação.

Neste momento são encerradas as inscrições para falar e é passado para uma rodada de retornos da Mesa Diretora, antes KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO pede que não se demonize a Mesa Diretora, porque é sacrificante. TATIANE propõe a travesti sem-terra do Movimento Sem-Terra para a Mesa, pois haveria um debate qualificado com alguém que vem de um lugar da esquerda e alguém que seja no movimento do terreiro, do quilombo, do movimento ribeirinho, do Amazonas.

Passada a palavra para CLEITON FEITOSA se apresenta como pedagogo mestrando em Direitos Humanos, afirma que os documentos que a conferência vem produzindo são mais de que documentos técnicos são documentos políticos que falam de um momento histórico. Avisa que estará no e-mail de todos a versão preliminar, para contribuições e considerações. CLÓVIS reforça que as pessoas que estão sendo eleitas e eleitos nas conferências são na sua grande maioria 90% jovem, 90% que não participou de nenhuma conferência. TATIANE defende o nome da Marina por tudo que ela representou, e questiona o nome da tenda ser Paulo Freire. E defende a permanência do nome dela como homenagem no texto base. LÉO MENDES discorda. Acho que tem que ter as duas coisas. Primeiro é a homenagem e segundo discorda que o movimento de Direitos Humanos não terá uma sensibilidade de saber o quanto a companheira contribuiu para a cultura LGBT. ORADOR NÃO IDENTIFICADO coloca que se a Lurdinha não tivesse morrido, se o Carlos não tivesse morrido, eles estariam na conferência. Afirma que proposto a defender que o espaço cultural se chame espaço cultural Marina. Que lá tem o plano, que lá se fale da história dela e que cada artista, cada pessoa lembre-se do nome dela como ela gostaria de

ser lembrada e não force a levar para dentro de uma conferência alguém que não era conselheiro e conselheira nacional LGBT que morreu. E finalizando dizendo que se quiserem botar ativista que morreu, irá trazer lista de 200 de Goiás. WALMIR SIQUEIRA manifesta a preocupação de ficarem disputando homenagem, entende que tem de se fazer para quem é do conselho, e ter um critério até para o futuro, para no futuro não ter que ficar disputando quem vai ser homenageado. DANIEL coloca que os movimentos sociais do DF estão preocupados com as delegações dos estados que não vão ter direito à hospedagem conforme orientação da SDH. Quer um laudo técnico explicando o motivo porque não pode ter delegação do DF hospedado como os outros delegados e é informado é em função do TCU, pois não tem como justificar alguém dormindo no local do evento, e por isso irão pleitear um ônibus. ORADOR NÃO IDENTIFICADO agradece as visitas, as permanências, conselheiros e conselheiras. Lembrando o prazo para os nomes, lembrando que as discussões no grupo do WhatsApp é espaço de indicação e proposição, e não de deliberação, bem como tece demais agradecimentos.